

Reflexões preliminares acerca da experiência feminina no anarquismo argentino: o periódico *Nuestra Tribuna* e a disputa entre os feminismos (1922-1925)

INGRID SOUZA LADEIRA DE SOUZA*

Resumo: Refletir sobre as mulheres anarquistas e suas atuações têm sido um exercício realizado por historiadores desde os anos 1980, indicando caminhos e possibilidades para novas frentes de investigação. As relações de gênero no interior do movimento anarquista espelhavam questões mais amplas e fomentavam, muitas vezes, conflitos e discordâncias entre homens e mulheres. O objetivo deste texto é lançar um olhar sob os micropoderes do movimento anarquista, utilizando-se do estudo de caso do periódico *Nuestra Tribuna* e das disputas com outro grupo de mulheres que dominavam a cena argentina nos anos 20 do século XX. O caso do periódico *Nuestra Tribuna*, possibilita entender e analisar sucintamente o papel das mulheres na imprensa anarquista.

Palavras-chave: Anarquismo, Argentina, Gênero, Experiência feminina.

Preliminary reflections on the female experience in Argentinean anarchism: the journal *Nuestra Tribuna* and the dispute between feminisms (1922-1925)

Abstract: Reflecting on anarchist women and their actions has been an exercise carried out by historians since the 1980s, indicating paths and possibilities for new research fronts. Gender relations within the anarchist movement mirrored broader issues and often fostered conflicts and disagreements between men and women. The objective of this text is to take a look at the micropowers of the anarchist movement, using the case study of the journal *Nuestra Tribuna* and the disputes with another group of women who dominated the Argentine scene in the 20s of the 20th century. The case of the periodical *Nuestra Tribuna* makes it possible to understand and briefly analyze the role of women in the anarchist press.

Key words: Anarchism, Gender, Experience



* INGRID SOUZA LADEIRA DE SOUZA é doutoranda em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Mestra em História em Social pela UNIRIO.

Introdução.

Com o propósito de refletir sobre a experiência feminina no anarquismo argentino, esse texto está organizado em duas breves partes. Inicialmente, procuramos demonstrar como as mulheres se inseriram na imprensa e a utilizaram como um meio de organização feminina, analisando o periódico *Nuestra Tribuna* como um exemplo concreto tanto de organização como de experiência, de modo a refletir sobre os contornos do jornal e seu programa político-ideológico. Em um segundo momento, refletimos sobre as tensões encabeçadas pelo grupo editor do jornal feminino e as integrantes do movimento feminista.

Em sua totalidade, este ensaio se debruça sobre o periódico anarquista que circulou em Necochea, Tandil e Buenos Aires na conjuntura de 1922 a 1925, problematizando as questões femininas, evidenciando disputas com os/as integrantes do movimento anarquista e representando as mulheres anarquistas. O plano maior do jornal? Emancipar, conscientizar, despertar.

Este artigo se insere nos estudos de gênero, entendendo gênero como uma categoria relacional, em que as relações sociais estão baseadas nas diferenças entre os sexos (gêneros), sendo uma forma de relação de poder, tal como propôs Joan Scott. (Scott, 1995). As relações empreendidas entre as mulheres anarquistas, suas contrapartes masculinas e as feministas são baseadas no poder; no poder de um projeto sobre o outro ou no poder de um gênero sobre o outro, reconhecendo a existência de conflitos de gênero no seio da militância anarquista.

Por fim, o objetivo é revelar o protagonismo do *Nuestra Tribuna* e seu grupo editor na imprensa anarquista argentina e nos debates travados com outros grupos femininos, apontando para

a presença constante da mulher libertária na luta igualdade entre os gêneros.

A imprensa anarquista como instrumento de luta. O caso do periódico *Nuestra Tribuna*.

“A coluna vertebral do movimento anarquista”, foi assim que o historiador Juan Suriano se referiu à imprensa anarquista argentina. “Coluna vertebral”, metaforicamente falando, é a sustentação do movimento anarquista. Essa imprensa, dada as proporções, guardadas suas particularidades, transformou-se, conjuntamente com outras práticas anarquistas, em uma das mais importantes ferramentas de propaganda e de contestação. A formação da imprensa anarquista vinculou-se diretamente à organização da classe trabalhadora, correspondendo a um nível consideravelmente satisfatório de consciência política no que diz respeito ao ideário que defendiam. (JARDIM, 1996).

Nos fins do século XIX e no decorrer das primeiras décadas do século XX, os periódicos de caráter político-ideológico começavam a atrair atenção de simpatizantes e de inimigos com a mesma intensidade, tentando contribuir e influenciar a opinião pública. (Anapios, 2011). A difusão das ideias através da publicação de artigos e editoração de jornais foi um espaço central para socialismo, ligando-se a uma ideia de luta transformadora contra as consciências cooptadas pelos burgueses. Segundo a historiadora argentina Luciana Anapios, dentro da cultura socialista o jornal era visto como um instrumento educativo, portanto, necessário. Para Anapios, “no funcionó sólo como una herramienta de agitación y propaganda sino también como un instrumento de organización que creaba a su alrededor una red de intercambios y vínculos.” (ANAPIO, 2011).

A imprensa anarquista teve um papel fundamental na propagação das ideias, e é uma fonte riquíssima para historiadores e historiadoras. As mais variadas correntes do anarquismo impulsionaram discussões sobre a situação social da mulher na Argentina no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Grupos editoriais e seus periódicos conclamavam as mulheres para contribuir com as lutas pela emancipação humana e, sobretudo, para consolidação de uma nova sociedade.

O periódico *La Questione Sociale*, iniciado por Enrico Malatesta em 1885, publicou em 1895, sob a direção de Fortunato Serantoni, a coleção de folhetos *Propaganda Anarquista entre las Mujeres*, com o objetivo de propagar as ideias emancipadoras entre as mulheres. A partir da publicação de folhetos como esses, ganhou fôlego, entre as militantes, a ideia de uma união em torno de empreitadas que fossem ferramentas de divulgação de visões femininas sobre temas gerais e de contestação da situação da mulher.

As mulheres mais pobres, ao contrário do que alguns estudos apontam, sempre estiveram no âmbito do espaço de trabalho, atuando de forma constante na vida pública. A divisão entre espaço público e espaço privado no que diz respeito à atuação feminina não se sustenta, como apontam diversas pesquisas que colocam as figuras femininas no centro das análises. A historiadora Maria Odila Leite (1983) em seu clássico artigo *Mulheres sem História* indicou, com muita propriedade, como a mulher ocupou diversos espaços de trabalho no Brasil, principalmente em São Paulo, quebrando, assim, essa narrativa de que a figura feminina se encontrava reservada à vida privada/doméstica.

O modo como as mulheres eram vistas pelas autoridades refletiu a maneira como

foram representadas nos documentos oficiais, censos e informativos públicos. Segundo Maria Odila, as atuações das mulheres podem ser comprovadas em “um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes, atestam a sua presença ostensiva, porém de modo fragmentário, pouco deixando entrever sobre os seus modos de inserção na sociedade da época.” (DIAS, 1983).

Na Argentina, as mulheres e “suas profissões” já estavam representadas nos censos de 1869 e 1895, ocupando espaços nos setores educacionais e produtivos, principalmente na indústria têxtil. (LOBATO, 2000). As disputas que essas mulheres travaram com seus patrões começaram a ganhar visibilidade entre diversos grupos contestatórios, sobretudo na década de 90 do século XIX. Os pequenos movimentos grevistas e as discussões exaltadas que aconteciam nas portas das fábricas chamaram a atenção dos socialistas, anarquistas e sua imprensa, que noticiavam as mobilizações femininas. (LOBATO, 2000; MARQUES, 2016).

Até o final do século XIX, as mulheres ainda não tinham tido um protagonismo significativo nas lutas anarquistas na Argentina. No contexto global, ao contrário, várias mulheres anarquistas ganhavam destaque, como Louise Michel e Emma Goldman. A formação de grupos com objetivo de organizar centros de estudos, periódicos e atividades militantes era um passo fundamental para a inserção das mulheres trabalhadoras argentinas em atividades ligadas à difusão dos ideais ácratas, seguindo os preceitos básicos da ação direta.

Com a intenção de formar uma base organizativa feminina e reivindicar posições estáveis na luta pela emancipação universal e pela Revolução Social, um grupo de mulheres criou uma

folha própria direcionada, quase que exclusivamente, para o público feminino. A aparição do *La Voz de la Mujer*, em fins do século XIX, na cidade de Buenos Aires, foi noticiada por diversos periódicos como *El Oprimido*, *La Anarquia*, *La Questione Social* recebendo felicitações e apoios por sua iniciativa inovadora no campo anarquista.¹ (SOUZA, 2020).

A publicação de um jornal feminino era o resultado de uma congregação de forças entre mulheres que, possivelmente, viviam uma situação muito semelhante: a opressão sofrida em diferentes escalas sociais. A intenção era que o jornal cumprisse a função de um porta voz da resistência anarquista feminina e da busca pela emancipação da mulher. (LOBATO, 2009). Em seu editorial, o grupo editor expressava a motivação que levou as militantes a publicarem o periódico e a convicção de que o ideal seria reivindicar uma posição de igualdade na sociedade. Publicar um jornal pode ser apontando como um ato político, conferindo às militantes um status de poder, que até aquele momento era atribuído somente aos militantes homens. Portanto, publicar o *La Voz de la Mujer* simbolizava a afirmação do poder e da capacidade das mulheres anarquistas.

A falta de representatividade feminina no movimento anarquista e, sobretudo, na imprensa anarquista seguiu durante o século XX, quando se observa a diminuição, mas não um desaparecimento total, do número de mulheres libertárias publicando artigos em jornais, em contraposição a quantidade de artigos assinados por militantes homens. (FERNÁNDEZ CORDERO, 2017;

MARTINS; SOUZA, 2018). A necessidade de se fundar uma folha anarquista produzida por mulheres surgiu novamente depois da experiência do *La Voz de la Mujer* no século XIX e de atuações significativas das militantes em centros, ligas, greves, manifestações, como por exemplo, o Centro Feminino Anarquista fundado em 1907 por Juana Rouco Buela, Virginia Bolten, María Collazo e outras mulheres militantes.

O periódico *Ideas*, em janeiro de 1922, na seção “Colaboracion Feminina” publicou um artigo firmado com o nome Flor de Ideal, dissertando sobre a possibilidade de editar um periódico feminino. Segundo a militante, essa nova publicação seria encabeçada por um agrupamento ou centro formado apenas por mulheres. A sugestão foi bem recebida por várias outras militantes anarquistas que responderam em números seguintes do *Ideas*, entre elas, Esther Rivarola:

A “Flor de Ideal”. Compañera, Salud y Anarquía. Le escribo encantada de su iniciativa, pues si bien es verdad que “Ideas” con la publicación de la sección femenina llena un vacío de mucho tiempo sentido, no tiene nunca para el mundo femenino el valor que tendría un periódico anarquista escrito y administrado por nosotras mismas, y al que las que no sepan escribir como no lo sé yo, habríamos de contribuir en diferentes formas para su sostenimiento. [...] **El periódico deberá tener la misión (haciéndolo órgano del movimiento anárquico femenino del país) de trabajar por la organización libertaria femenina [...].** (IDEAS, mar. 1922)

¹ O periódico *La Voz de la Mujer* foi nosso objeto de estudos na dissertação de mestrado. Ver: Souza, Ingrid Souza Ladeira. “Salimos a la lucha...sin Dios y sin Jefe. O periódico *La Voz de la Mujer* como experiência feminina do

anarquismo na Argentina (1896-1897). Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

A anarquista espano-argentina Juana Rouco Buela, em sua autobiografia intitulada *Historia de un ideal vivido por una mujer*, publicada em 1964, deixou explícito que sempre teve vontade de articular a criação de uma folha própria que pudesse dar mais robustez à luta feminina dentro e fora do anarquismo. Em suas viagens de propaganda financiadas pela FORA (Federación Obrera Regional Argentina), Rouco Buela encontrou em Necochea um terreno muito fértil para publicação do periódico, dado que existia na localidade um grupo de mulheres como propósitos comuns, dispostas a divulgar os pressupostos do anarquismo e a debater questões relevantes para causa revolucionária.

[...] Necochea me produjo una impresión distinta de las otras localidades que habíamos visitado. Allí encontré un plantel de mujeres con conocimientos y capacidad ideológica poco común en otras mujeres y en otras localidades, donde por lo general se encontraba un o dos compañeras pero nada más. Enseguida me puse en íntima comunicación con ellas, y creamos esa afinidad que es tan necesaria para la realización de nuestras cosas. [...] Esto fue my halagador para nosotros y sobre todo para mí, que desde mucho tiempo atrás venía pensando en la necesidad de sacar un periódico anarquista, escrito y dirigido por mujeres. [...]. (ROUCO BUELA, 1964)

Após a mudança de Juana Rouco para Necochea, a folha quinzenal *Nuestra Tribuna* começou a circular em 15 de agosto de 1922, como um “novo” propagador das vozes femininas, exaltando em seus editoriais e textos o compromisso com o anarquismo e com a liberdade. O grupo editor do *Nuestra Tribuna* se autoafirmou como um periódico de mulheres para mulheres e, diferentemente do *La Voz de la Mujer*,

tendo como peculiaridade receber apenas artigos assinados com nomes reais, portanto, sem considerar a possibilidade de publicar textos com autorias desconhecidas ou pseudônimos.

O grupo editorial do *Nuestra Tribuna* era formado por Juana Rouco Buela, Fidela Cuñado, María Fernández e Terencia Fernández e enfatizou, desde o começo, que as mulheres revolucionárias desejavam um periódico feminino, no qual elas, por elas, discutiriam e trocariam ideias. Em todos os exemplares estimulava-se que a mulher, sobretudo a anarquista, deve estudar, debater, lutar e se posicionar. Realizar essas atividades nos anos 20 do século XX, evidentemente, não era uma exclusividade da mulher anarquista, principalmente se estabelecermos uma comparação com outros grupos femininos. Em seu editorial afirmaram,

[...] Nosotras también, vinimos un día en la propaganda, llenas de ensueños e ilusiones, entusiastas y rebeldes. En nuestro traginar diario de mujeres revolucionarias, fuimos instruyéndonos. Y con el rodar del tiempo fuimos “algo”. Al creermos “algo”, tuvimos un deseo: el de empuñar la pluma para fustigar las lacras de este régimen de ignominias, Al empuñar la pluma nos vino otro deseo: sacar a rodar a luz del día una hojita femenina. Nos juntamos, aunque no muchas y cambiamos ideas: analizamos y estudiamos la situación de la mujer en la lucha social... y plasmamos nuestro segundo deseo. Y nuestro segundo deseo de novia y madre se cumplió: nuestra hojita fué un hecho. ¿Qué nombre ponerle, como llamarla? Y le pusimos así: NUESTRA TRIBUNA. Este es el nombre de un mancomunamiento de voluntades inquebrantables. NUESTRA TRIBUNA. Estamparemos en ella la luz de nuestro pensamiento. NUESTRA TRIBUNA. Volcaremos

en ella el crisol de nuestras ideas. [...] (NUESTRA TRIBUNA, 15 ago. 1922)

O *La Voz de la Mujer* e o *Nuestra Tribuna*, atentando-se para especificidades de cada época em que circularam, sofreram resistências significativas de suas contrapartes masculinas, provocando até mesmo o rompimento com diversos periódicos e grupos masculinos que enxergavam a iniciativa dessas mulheres militantes como um desperdício de energias que deveriam ser empregadas em questões mais urgentes. A resistência masculina foi alvo de crítica por parte das militantes que integraram o grupo editor de ambos os periódicos, mostrando que a reação por parte dos companheiros era um motivo a mais para seguir com suas ações e reivindicações.²

Analisando o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica das relações de gênero, Elisabeth Souza-Lobo afirmou que a “classe operária tem dois sexos” explicando a exclusão feminina das relações de trabalho e de luta. Ao pensarmos nas resistências masculinas anarquistas às iniciativas das mulheres libertárias, percebemos que o movimento anarquista também “tem dois sexos” (gênero), nos apropriando da colocação de Souza-Lobo, estabelecendo um fracionamento entre como os homens lutavam e como as mulheres lutavam. (SOUZA-LOBO, 1991).

A consolidação de projetos editoriais como o *La Voz de la Mujer* e *Nuestra Tribuna*, frutos de interesses dos grupos formados por mulheres, colocava as militantes anarquistas em uma posição singular, permitindo que formassem um denso movimento, articulando seus

próprios interesses com os preceitos anarquistas baseados na capacidade autônoma dos seres. Algumas mulheres anarquistas se referiam aos interesses e projetos femininos (a emancipação feminina, o amor livre, a livre união, a redução da jornada de trabalho, o incentivo a maternidade consciente e voluntária) como parte do movimento anarquista feminino.

Essa imprensa anarquista feminina é fruto do resultado de experiências históricas adquiridas; esse movimento não é passivo ou espontâneo, mas resultando de uma reação e de uma resistência. Cornelis Castoriadis sintetizou bem no livro *A Experiência do movimento operário* que as experiências podem ser materializadas, envolvendo um processo de luta pelo seu próprio fazer-se, aos moldes do que propôs o historiador inglês E. P. Thompson em sua obra.

Esses jornais são a materialização das experiências vividas e adquiridas por essas mulheres nos *mundos do trabalho*. Suas atitudes, linguagens, reações, desejos são forjados no decorrer de suas lutas, na vivência do coletivo, aglutinando e transformando ideias e resultando em uma cultura política. São formas importantes de ação e organização, das quais resultaram a criação de coletivos femininos, como os centros de estudos, ligas, a organização de jornais e movimentos grevistas.

Projetos femininos em conflito: as disputas entre o grupo editor do *Nuestra Tribuna* e as feministas.

O surgimento de inúmeros grupos femininos no século XX tornaram as discussões que envolviam a ideia central

as mulheres sofreram com intimidações e críticas durante toda sua atuação. Ver: Ackelsberg, Martha. *Mulheres livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

² As resistências masculinas frente a atuação militante e as iniciativas organizativas das mulheres não foi uma exclusividade do anarquismo Argentino. No movimento anarquista espanhol, como bem pontua Martha Ackelsberg,

da emancipação feminina mais frequentes. Muitos desses projetos femininos guardavam similaridades e propostas voltadas para indicar o melhor caminho para o fim da subjugação feminina e conseqüentemente da emancipação. Na Argentina três grupos disputavam narrativas desde o final do século XIX: as liberais, as socialistas e as anarquistas. Todos esses campos políticos possuíam projetos e estratégias próprias de aproximação e captação das mulheres para suas causas.

Esses diferentes projetos apontam que os primórdios do movimento feminista que se conhece atualmente foram repletos de disputas de narrativas, debates e enfrentamentos. Ao trazer à tona esses embates, reconhecemos que as percepções sobre a construção do feminismo mudaram, apontando para existência dos femininos, portanto, reconhecendo a pluralidade do movimento no passado e no presente. (BARRANCOS, 2005).

Ao analisarmos as disputas narrativas existentes entre as anarquistas e as socialistas e liberais observamos como os femininos dos anos 60 do século XX e do início do século XXI são frutos dessas discussões. Não é nenhuma novidade, no campo historiográfico, que as anarquistas estiveram à frente desses enfrentamentos desde o final do século XIX. Contudo, a novidade historiográfica está nas pesquisas que consideram que as ideias das mulheres ácratas, cujas bases foram lançadas ainda no século XIX, ajudaram a compor a teoria e a prática dos feminismos contemporâneos. A historiadora brasileira Glaucia Fraccaro (2018) apontou no artigo *Uma história social do feminino: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937)* justamente o movimento feminista como um campo político forjado nas disputas de projetos emancipatórios.

O periódico *Nuestra Tribuna* durante toda a sua existência se posicionou de modo contraditório sobre diversas temáticas que envolviam as mulheres, inclusive dentro do movimento anarquista. Dessa maneira, colocou-se contra o crescente movimento feminista na Argentina do século XX, acreditando que os grupos formados por feministas liberais ou socialistas não resolveriam os problemas vivenciados pelas mulheres, e se autodeclarando um jornal anarquista e feminino (de mulheres para mulheres). Essa fonte é muito propícia para entendermos a experiência das mulheres no campo anarquista e as posições estabelecidas por elas.

A igualdade entre os gêneros nas relações de produção foi ponto de união entre os femininos socialista e liberal. As feministas liberais e socialistas acreditavam que a igualdade entre os gêneros poderia ser um meio de igualar as classes sociais. Mantendo uma posição coerente ao seu programa original, as socialistas afirmavam seu papel de combatentes do capitalismo, priorizando as reivindicações por melhores condições de trabalho, salário e a redução da jornada. (LAVRIN, 2005).

As socialistas desejavam passar uma mensagem de organização maior das mulheres enquanto agentes sociais, proclamando, sobretudo, que as mulheres deveriam ser emancipadas intelectualmente através, mas não só, da adesão voluntária ao socialismo. Os planos das feministas socialistas incluíam a independência econômica das mulheres e leis de proteção, além, de uma reforma social e legislativa.

Em um campo oposto, o feminismo liberal despontou nas últimas décadas do XIX e início do XX, sendo inicialmente formado por mulheres que pertenciam às elites e buscavam ressignificar o feminino, tentando tomar distância dos outros dois projetos emancipatórios, o

anarquista e o socialista. Havia entre as liberais uma rejeição a qualquer compromisso ideológico ou político - embora tornar-se feminista fosse aderir a um compromisso político -, incentivando a mulher na busca por independência. Notoriamente, o projeto liberal foca no indivíduo e na responsabilidade de cada um sobre seu próprio destino.

O projeto feminista liberal não defendeu com completude a emancipação feminina, essa não foi uma questão tão central, e com o tempo as diferenças com as propostas libertárias ficaram mais explícitas. A busca pelo sufrágio foi um dos pilares dessas mulheres.

Três ideias basilares que foram levantadas pelas mulheres liberais e socialistas formam o feminismo contemporâneo: reconheciam a capacidade intelectual da mulher, o direito de exercer toda atividade para a qual fosse qualificada e o direito de participar da vida cívica e política. Em perspectivas comparadas, os feminismos socialista e liberal se aproximaram ao compartilharem ideias que colocavam leis de proteção no centro da discussão. Os debates que envolviam as leis de proteção foram postas na mesa desde o final do século XIX, acirrando as disputas entre os grupos antagônicos. Ambas as tendências, socialista e liberal, como Glaucia Fraccaro aponta, defendiam leis, que passavam, necessariamente, pelas instâncias de poder público e suas instituições, algo que as anarquistas queriam derrubar. (NARI, 2000).

[...] muito mais conhecidas por levantarem a bandeira do voto feminino, na verdade, desde o fim do século XIX, as feministas estabeleceram longas discussões sobre a necessidade de elaboração de uma legislação trabalhista específica para as mulheres, porém a divisão de opiniões nem sempre estava

claramente separada em grupos definidos. [...] (FRACCARO, 2018).

Inseridas nessas articulações, debates e conflitos de projetos, as anarquistas se posicionaram contra o que chamaram de caráter reformista do feminismo, na verdade, reconheciam nesse feminismo traços da burguesia e da submissão ao sistema capitalista. Seguindo a essência revolucionária do anarquismo, as mulheres ácratas acreditavam na transformação da sociedade, rompendo com as formas de dominação, sobretudo a estatal e a masculina.

Havia entre as anarquistas um claro desejo de ampliar o papel feminino nas lutas sociais, defendendo inclusive as melhorias nas condições de vida e de trabalho, buscando autonomia para se emancipar daquela sociedade na qual se encontravam oprimidas e subjugadas. Embora o desejo de emancipação fosse comum aos grupos femininos, os meios para obtê-la não eram. As anarquistas criticavam com muita veemência as socialistas e liberais, acusando-as de reformistas, embasando as críticas no argumento de que não seriam normativas legais que igualariam as mulheres aos homens. (MARTINS; SOUZA, 2018).

A argumentação das anarquistas levanta muitas reflexões sobre o impacto do sufrágio nas conquistas femininas. Podemos e devemos problematizar o voto feminino e como ele transformou a vida da mulher e como não conseguimos, através dele, transformar determinadas questões estruturais. O questionamento à funcionalidade do voto e das leis que o acompanham, a cooptação das lutas femininas por partidos e instituições e a participação no jogo parlamentar são o que movem as mulheres anarquistas a questionar o real papel do sufrágio.

O grupo editorial do *Nuestra Tribuna*, assim como as anarquistas do *La Voz de la Mujer* e tantas outras, rejeitou para suas

integrantes os termos “feminismo” e “feministas”. Para elas, havia implicações profundas nesses termos, estando profundamente associado ao voto das mulheres; não poderiam ser aplicados a mulheres que não levantavam essa bandeira do sufrágio feminino.

A historiadora do feminismo argentino Dora Barrancos (1990), observando e analisando as disputas travadas entre os grupos, formulou um conceito próprio para o projeto anarquista: o *contrafeminismo do feminismo anarquista*. Segundo Barrancos, o contrafeminismo só pode ser interpretado através da perspectiva do conjunto das ideias anarquistas femininas. O contrafeminismo das mulheres do *Nuestra Tribuna*, por exemplo, repudiava a regulamentação da emancipação e da independência feminina.

[...] a ofensiva contrafeminista libertária procurou não rebaixar, em nenhum campo, a oposição à ordem pública; o instituído e o legal não criam senão a cristalização da opressão autoritária, uma opressão que sempre seria cruel, indigna da natureza do homem, mesmo que ele se revestisse de formas cada vez mais democráticas. Os demais feminismos, do ponto de vista deles, estavam associados ao propósito de arregimentação: solicitar leis protetivas, sancionar o divórcio e requerer o direito de cidadania, consistiam, para os libertários, em provas da subalternância do Estado e de sua legalidade. [...] (BARRANCOS, 1990).

O contrafeminismo do feminismo anarquista refere-se à crítica anarquista aos feminismos socialista e liberal, enfatizando que as libertárias não acreditavam na solução da subordinação feminina pela conquista de direitos civis e políticos. (BARRANCOS, 1990; FERNÁNDEZ CORDERO, 2017).

O *Nuestra Tribuna* fundamentou sua posição com artigos contrários ao movimento feminista argentino. Suas articulistas romperam totalmente com o feminismo institucional e com as políticas de reforma legislativa a favor das mulheres; rivalizaram e disputaram espaço com as feministas “reformistas”.

Para Juana Rouco Buela e todas do *Nuestra Tribuna*, as feministas, principalmente as integrantes da Unión Feminista Nacional (União Feminista Nacional), equivocaram-se quando entenderam que o sufrágio seria um meio de conquista e libertação. (BARRANCOS, 1996). Na coluna *Apuntes de Nuestra Crítica “La uninó feminista nacional”*, Juana Rouco escreveu:

[...] El partido feminista nacional, está cruzando, en estos momentos un período de intensa agitación para demostrar a las mujeres el valor substancial y transformativo del sufragio femenina. [...] Los propósitos de las directoras del partido feminista pueden ser buenos, tan buenos que no nos atrevemos a suponerles males intenciones, pero sí, nos atrevemos a manifestar que están equivocadas al recurrir a la política para colocar a la mujer en iguales condiciones civiles y sociales que el hombre, en fin, a emanciparla de la tutela del macho, y hasta defender sus intereses, buscar su bienestar desde las bancas parlamentarias y las comunas. [...] (NUESTRA TRIBUNA, 01 set. 1922).

No intuito de estabelecer diferenças entre o programa anarquista feminino e o movimento feminista, o grupo editor deixava claro que a emancipação defendida pelas anarquistas se baseava na ação revolucionária, na construção de uma nova estrutura política e econômica, na qual a educação racionalista fosse o pilar fundamental da vida da mulher. A mulher alvo desse discurso era a

trabalhadora, mas também a mulher da pequena burguesia que estavam tendo mais afinidade com o discurso liberal ou socialista.

Na edição publicada no dia 01 de junho de 1923, as articulistas do *Nuestra Tribuna* escreveram um artigo destinado às feministas de todo mundo. Expressam no texto a revolta por uma delegada do movimento feminista internacional afirmar que estavam representando as mulheres de todo mundo. Escrevem no artigo:

[...] Las feministas internacionales que esgrimen la política perniciosa y castradora de los hombres, se entiende, realizaron en Roma un congreso, para analizar la política de los hombres y tratar a su vez de imponer a **política feminista**. [...] Y protestamos nosotras, por que una de las delegadas declaró frente al gobierno del dictador italiano, que hablaba en nombre de todas las mujeres del mundo, y que nada había más grande que el patriotismo. Como nosotras no somos patriotas ni feministas, menos fascista y nos concepcuamos mujeres libres, por añadidura, estamos con derecho de decir de que la delegada en cuestión habló mal, my mal. **Por eso protestamos: porque se nos mezcló con la patria, con el feminismo, con el fascimo, y nosotras somos anarquistas.** ¿Entendieron señoras feministas? (*NUESTRA TRIBUNA*, 01 jun. 1923)

Os acalorados debates que se deram dentro do campo feminista começaram a dividir cada vez mais as mulheres, principalmente quando o grupo do *Nuestra Tribuna* e outras anarquistas fizeram frente às mulheres do periódico *Acción Feminina*. As hostilidades acompanharam o curso das publicações, a ponto de o *Nuestra Tribuna* receber críticas até de mulheres que aderiram a suas ideias, como Josefa Luiza Ghiano.

Josefa Ghiano questionava, em artigo publicado no exemplar de 01 de setembro de 1922, que o *Nuestra Tribuna* parecia mais uma folha feminista do que anarquista e que era necessário posicionar-se mais explicitamente que não eram feministas, afirmando, também, que as divisões estabelecidas entre os gêneros poderiam prejudicar o anarquismo.

A crítica recebida encontra poucos fundamentos se fizermos uma análise aprofundada, porque embora a circulação do jornal fosse recente, as redatoras já haviam se posicionado contra o feminismo, por outro lado, demonstra uma cobrança das próprias mulheres anarquistas para que o jornal se mostrasse mais combativo ao feminismo. Para o grupo editor foi uma oportunidade de reafirmação das diferenças em pequena nota publicada abaixo do texto, rejeitando com firmeza a rotulação “feminista”. (*NUESTRA TRIBUNA*, 01 set. 1922).

As tensões alimentadas pelo grupo editor e pelos grupos feministas causaram pouco impacto no movimento anarquista, longe dessas discussões muitos militantes homens desacreditaram que o periódico *Nuestra Tribuna* pudesse ajudar nas mudanças estruturais propostas pelo anarquismo. A historiadora Teresa Marques aponta que as mesmas tensões e desgastes, entre homens e mulheres, aconteceram no Brasil por volta de 1935, ganhando pouca repercussão externa e fragmentando o movimento feminista brasileiro. (MARQUES, 2016). Os grupos femininos existentes no interior do anarquismo argentino seguiram rivalizando com o movimento feminista e buscando pontos de apoio em organizações anarquistas femininas internacionais que despontavam por volta de 1925.

Considerações finais

Nas análises do jornal *Nuestra Tribuna* é possível observar que as anarquistas foram críticas ferozes das diversas instituições estabelecidas na sociedade, combatendo com afinco o capitalismo e seus dispositivos de repressão. O periódico de Rouco Buela, Cuñado, Fernández e Fernández surgiu em um momento de pouca visibilidade para as mulheres anarquistas, no qual as discussões acerca da Revolução Russa e seus impactos ganharam espaço na imprensa e no movimento anarquista.

Apontamos e concluímos que o *Nuestra Tribuna* é resultado de anos de levantes e reivindicações, em que as mulheres puderam ter seus escritos publicados e suas vozes representadas. Fundar, dirigir, publicar um periódico de mulheres para mulheres no século XX não foi uma tarefa das mais simples, exigindo negociações entre o grupo editor, companheiros anarquistas e proprietários de oficinas gráficas. A dificuldade financeira certamente foi superada pela capacidade intelectual demonstrada pelas mulheres redatoras, mostrando a necessidade de oportunidades iguais para ambos os gêneros.

Compreender o projeto emancipatório proposto pelas mulheres anarquistas abre um leque de múltiplas possibilidades, onde a liberdade é a chave central da resolução da “questão da feminina”. O alcance da desejada emancipação também passa por desgastes e tensões, que não são exclusividade das mulheres anarquistas, como o artigo *A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943* de Teresa Marques demonstra. O próprio movimento feminista constituiu-se através de tensões entre as ativistas.

Entender as disputas entre anarquistas e feministas é compreender que a rejeição

ao voto e ao jogo político oficial é fundamento estruturante do ideal anarquista. Na contemporaneidade, as pautas anarquistas femininas como o amor livre, a livre união ou a maternidade consciente são parte do amplo programa feminista, ainda que não se reconheça na historiografia feminista o pioneirismo das mulheres anarquistas nos primórdios do movimento, em especial nas questões que envolvem sexualidade e contracepção.

A mulheres liberais ou socialistas que reivindicavam o direito ao voto não são as únicas a se despontarem naquele momento e suas reivindicações não são mais ou menos válidas das que as feitas pelas mulheres anarquistas. É importante reconhecer o peso da diferença na construção do feminismo já nos anos 20 do século XX, e não o reduzir, como fazem alguns trabalhos, a um movimento sufragista engessado e homogêneo.

O feminismo desde os seus primeiros passos ainda no século XIX em diversas partes do mundo, foi um movimento da diversidade que congregava mulheres de diferentes camadas sociais com lutas e desejos próprios, buscando os melhores meios de inserção social. Portanto, as anarquistas, liberais e socialistas representam os primeiros programas que formavam o movimento feminista. Recentemente, a ampliação de pesquisas e adesão de novas militantes reconheceram as várias faces do feminismo passando a adotar a expressão no plural: **feminismos**. O reconhecimento de que esse movimento é plural também nos permite compreender o movimento da virada do XIX por XX como heterogêneo, abarcando os diferentes projetos citados neste ensaio, permitindo que as próprias anarquistas sejam chamadas de feministas ou anarcofeministas.

Referências

Fontes.

Nuestra Tribuna, Necochea-Tandil-Buenos Aires, 1922-1925.

Ideas, La Plata, 1922.

Bibliografia

ACKELSBERG, Martha. **Mulheres livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019

ANAPIO, Luciana. Una promesa de folletos. El rol de la prensa en el movimiento anarquista en la Argentina (1890-1930). **Revista A Contra Corriente**, vol 8, n. 2, p.1-33, 2011.

BARRANCOS, Dora. **Anarquismo, Educación y Costumbres en la Argentina de principios de siglo**. Buenos Aires: Contrapunto, 1990.

BARRANCOS, Dora. Mujeres de Nuestra Tribuna: el difícil oficio de la diferencia. **Revista Mora**. Buenos Aires, n. 2, 1996.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la Sociedad argentina: una historia de cinco siglos**. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do movimento operário**. São Paulo: A Regra do Jogo Edições, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan./jun., 1983.

FERNÁNDEZ CORDERO, Laura. **Amor y Anarquismo: experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma História Social do Feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Revista Estudos Históricos**, vol. 31, n. 63, p. 7-26, 2018

JARDIM, Jorge L. Imprensa operária: Comunicação e organização. **Revista Íbero-Americanos**, Rio Grande do Sul, n.2, Dez, 1996.

LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.

LOBATO, Mirta Zaida. Entre la protección y la exclusión: Discurso maternal y protección de la

mujer obrera argentina, 1890-1934. In: SURIANO, Juan. **La cuestión social en Argentina: 1870-1943**. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000. p. 245-273.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Revista Estudos Históricos**, vol. 9, n. 59, p. 667-686, 2016

MARTINS, Angela Maria Roberti; SOUZA, Ingrid S. Ladeira. Vozes Femininas do Anarquismo na Argentina dos séculos XIX e XX. **LexCult**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 210-244, maio/ago. 2018.

NARI, Marcela María Alejandra. El feminismo frente a la cuestión de la mujer en las primeras décadas del siglo XX. In: SURIANO, Juan. **La cuestión social en Argentina, 1870-1943**. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000. p. 277-324.

ROUCO BUELA, Juana. **Historia de un ideal vivido por una mujer**. Buenos Aires: Ed. Reconstruir, 1964

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira. “Salimos a la lucha...sin Dios y sin Jefe”. **O periódico La Voz de la Mujer como experiência feminina do anarquismo na Argentina (1896-1897)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira. La Voz de la Mujer: um periódico de mulheres para mulheres. (Buenos Aires, 1896-1897). In: Martins, Angela Maria Roberti; Moraes, José Damiro de. **Dimensões da cultura e da experiência libertárias**. Rio de Janeiro: Ed. Ayran/Faperj, 2020. p. 223-270

SURIANO, Juan. **Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires, 1890-1910**. Buenos Aires: Manatíal, 2001.

Recebido em 2021-10-30
Publicado em 2022-05-01